



---

**Artigo de Opinião**

---

**IMPACTOS DA MINERAÇÃO ILEGAL E DO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA:  
AMEAÇAS ÀS ESPÉCIES RARAS DE PLANTAS**

Maria Fernanda Cândido Gomes  
(1º ano EM - Cepae/UFG, Goiânia - GO)  
Orientação: Profa. Elisandra Filetti Moura

A Amazônia Legal tem se convertido no epicentro de um fenômeno alarmante que combina mineração ilegal e narcotráfico, articulados em uma engrenagem criminosa que vem sendo chamada de “narcogarimpo”. Facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) encontraram na infraestrutura do garimpo clandestino uma oportunidade estratégica para expandir suas atividades ilícitas, aprofundando a violência regional, acelerando a destruição ambiental e desafiando diretamente a soberania nacional.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) revelam que essas organizações criminosas têm utilizado aeronaves, pilotos e pistas clandestinas originalmente construídas para o garimpo como rotas de transporte de drogas e outros produtos ilegais. A pesquisa de campo, realizada em municípios como Itaituba, Jacareacanga e Santarém (PA), além de Boa Vista e da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR), mostra que faccionados vendem drogas à população local e fornecem segurança armada a garimpeiros — instaurando um ambiente de intimidação.

O impacto dessa presença criminosa é evidente: em 2022, a taxa de mortes violentas na Amazônia Legal atingiu 33,8 homicídios por 100 mil habitantes, muito acima da média nacional de 23,3%. A violência, portanto, não é apenas consequência, mas também motor de um ciclo de ilegalidades que se retroalimentam.

No setor mineral, o cenário é igualmente preocupante. Embora a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) aponte arrecadação de quase R\$ 3 bilhões, parte dessa quantia provém de minério que pode estar sendo extraído ilegalmente. Esse fluxo financeiro obscuro fortalece o narcotráfico, ampliando a atuação de rotas internacionais que utilizam o Brasil como corredor para drogas originárias dos países andinos, destinadas aos mercados da África e da Europa.

Além da insegurança pública, a mineração ilegal tem provocado danos ambientais severos. Entre 2017 e 2020, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a área de floresta desmatada pelo garimpo aumentou mais de 90%. O uso sistemático de mercúrio na separação do ouro contamina rios, solos e cadeias alimentares, atingindo populações humanas, fauna e flora. As áreas protegidas e terras indígenas tornaram-se alvos frequentes dessa invasão, aprofundando o desmatamento e a ocupação irregular.

Os efeitos sobre a flora amazônica são particularmente graves. Espécies como a Dracena-vermelha (Fig. 1), a Heliconia (Fig. 2), o Crotom-petra (Fig. 3) e a Espadice (Fig. 4) estão entre as mais afetadas. Observações realizadas em minha própria residência, com base em amostras fornecidas pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), demonstram que essas plantas, mesmo fora de seu habitat natural, apresentam

sinais de estresse relacionados às mudanças ambientais que se intensificam na região amazônica.

A Heliconia, dependente de áreas úmidas, sofre com a perda de habitat e com a contaminação hídrica causada pelo mercúrio. A Dracena-vermelha e o Crotom-petra são prejudicados diretamente pelo desmatamento e pelas queimadas. Tais espécies desempenham papéis essenciais na regulação climática, na manutenção da biodiversidade e na subsistência de comunidades indígenas e ribeirinhas, que utilizam suas propriedades alimentares, medicinais e culturais. Logo, a perda desses recursos compromete o bem-estar das populações tradicionais que dependem da floresta para viver.

Apesar do cenário devastador, alternativas para mitigar os danos existem. A geóloga Maria José Maluf de Mesquita, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), destaca que algumas cooperativas de garimpeiros vêm adotando práticas mais sustentáveis, como a proibição do mercúrio e a implementação de técnicas de extração menos agressivas. Durante a 16ª Conferência das Partes sobre Biodiversidade (COP-16), realizada em 2024 na Colômbia, organizações da sociedade civil apresentaram recomendações para enfrentar a mineração ilegal na bacia amazônica. Entre elas, destacam-se o fortalecimento da fiscalização, o combate à lavagem de dinheiro associada ao ouro e a promoção de alternativas econômicas sustentáveis para trabalhadores do garimpo.

A preservação da Amazônia e das espécies vegetais raras que nela sobrevivem constitui uma urgência incontornável. Romper o ciclo do narcogarimpo demanda políticas públicas rigorosas, fiscalização contínua, cooperação entre os entes federativos e apoio efetivo às comunidades locais, que são as primeiras afetadas e também as principais guardiãs da floresta. Apenas uma abordagem verdadeiramente integrada, envolvendo Estado, sociedade civil e populações tradicionais, será capaz de conter a expansão das facções criminosas, resguardar a soberania nacional e proteger um dos biomas mais importantes do planeta. A Amazônia não pode permanecer refém de interesses que destroem vidas, culturas e ecossistemas inteiros. Proteger a flores é um compromisso civilizatório. Cuidar da Amazônia é cuidar do futuro do Brasil e, inevitavelmente, do futuro do mundo.

## REFERÊNCIAS

- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP).** *Relatório de Segurança Pública na Amazônia Legal*. São Paulo, 2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE).** *Monitoramento do desmatamento por mineração na Amazônia Legal: 2017–2020*. São José dos Campos: INPE, 2020.
- INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA (ISPN).** *Boletim técnico de monitoramento comunitário da flora amazônica*. Brasília: ISPNA, 2023.
- MESQUITA, Maria José Maluf de.** Declarações e análises técnicas sobre práticas sustentáveis no garimpo. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2024.
- CONFERÊNCIA DAS PARTES SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (COP-16).** *Recomendações das organizações da sociedade civil para o combate à mineração ilegal na bacia amazônica*. Cali, Colômbia, 2024.